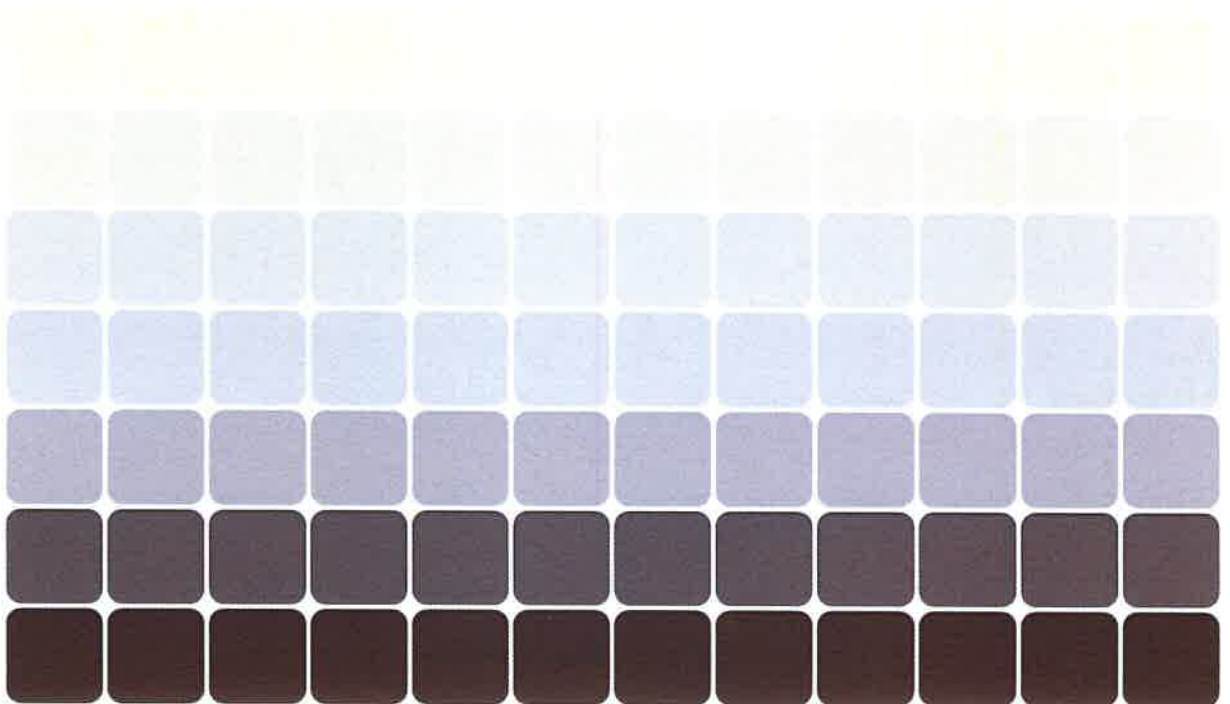
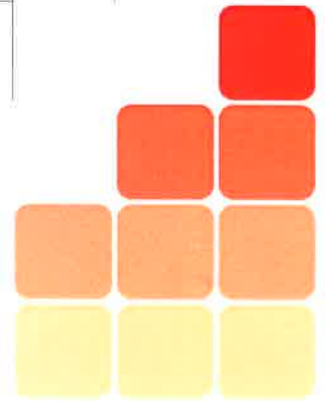
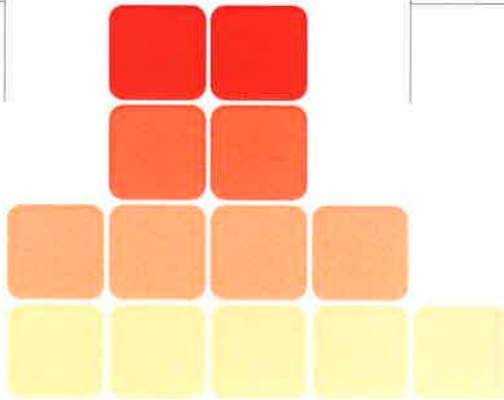


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Relatório de Atividades
4º Trimestre
2015





Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2015

Presidente

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Corregedor

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues
Conselheiro Renato Martins Costa
Conselheiro Robson Marinho

Audidores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli
Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	7
2.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	8
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL....	9
4.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	9
5.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	10
6.	CORPO DE AUDITORES	10
7.	DECISÕES SINGULARES	10
8.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - MPC.....	10
9.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	10
10.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	11
10.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	11
10.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).....	12
10.1.2.	DSF's I e II	12
10.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	12
10.1.4.	Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF	12
10.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	13
10.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	13
10.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	13
10.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	13
10.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	24
10.4.	OUVIDORIA	25
10.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26
10.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	26
10.7.	REVISTA DO TCE	26
10.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	27
10.9.	CERIMONIAL	27
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	8
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)	9
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes	16
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital	17
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes	18
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas de Capital.....	19
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas Correntes	20
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas de Capital	21
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas Correntes	22
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas de Capital.....	23



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **quarto trimestre** do exercício de 2015.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 4º trimestre deste ano, o TCE apresentou, a gestores públicos e à sociedade, em evento realizado em outubro, os dados e resultados relativos ao primeiro levantamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) – Ano Base 2014 - indicador concebido pela Corte de Contas paulista com vistas a monitorar a eficácia das políticas públicas implantadas pelos gestores nas cidades paulistas.

Composto por 7 (sete) índices temáticos, consolidados em um único indicador, o IEGM reúne informações dos setores de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Proteção ao Meio Ambiente, Cidadãos e Tecnologia da Informação. Os dados foram consolidados em um Anuário e Relatório de Desempenho Municipal, que enquadra o desempenho dos municípios em 5 faixas de classificação conforme sua efetividade e adequação.

Os resultados do primeiro levantamento estão à disposição para consulta e acesso do cidadão em um site infográfico e também em forma de aplicativo desenvolvido para celulares/tablets, por meio do qual o usuário pode verificar a situação de seu município, as ações promovidas pela Prefeitura, além de interagir, fiscalizar, e até mesmo apresentar denúncias diretamente ao Tribunal de Contas.

O IEGM também foi tema do **Seminário “Jornadas Científicas do IRB”**, evento realizado em parceria com o Instituto Rui Barbosa em novembro, e que contou com a participação de servidores da Corte, bem como de outros Tribunais de Contas, além de Gestores, Secretários, pesquisadores e ONG’s.

Destaco, adicionalmente, o lançamento de três ferramentas disponibilizadas em nosso Portal Institucional, desenvolvidas para incentivar o cidadão a exercer o controle social dos gastos públicos.

A primeira delas é o **Infosite Pareceres**. A plataforma apresenta um mapa interativo do Estado e, para cada cidade, além da situação das contas municipais frente ao TCE, também disponibiliza dados do município em tela - nome do Prefeito, percentual de aplicação no Ensino e na Saúde, totalidade das despesas efetuadas com pessoal, e valores e percentuais de déficit ou o superávit orçamentário.

A segunda ferramenta é a nova versão do **Portal da Transparência Municipal**. Repaginado, o sistema permite ao cidadão consultar, em local centralizado, diversas informações inerentes aos municípios, como receitas arrecadadas, gastos com saúde per capita, despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, despesas com gêneros alimentícios e combustíveis utilizados na Educação.

Por fim, o **SisPUSH, Sistema de Notificação e Acompanhamento de Processos**, por meio do qual qualquer cidadão ou órgão jurisdicionado poderá ter livre acesso a todas as informações de interesse, bastando para tanto cadastrar-se no Sistema.

O “SisPUSH” - além de representar avanço inédito na transparência de atos da administração pública - será especialmente, para as Câmaras Municipais, instrumento de permanente acompanhamento da gestão do município, principalmente no que diz respeito a edição de todos os Alertas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e expedidos pelo Sistema AUDESP deste Tribunal.

Tais plataformas tecnológicas vêm ao encontro dos anseios da sociedade, que clama pela transparência da gestão pública e o acesso à informação.

Cristiana de Castro Moraes
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 30 de janeiro de 2015, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**, Presidente, **DIMAS EDUARDO RAMALHO**, Vice-Presidente e, **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

- Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**
- Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – VICE-PRESIDENTE**
- Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**
- Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
- Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
- Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
- Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de** Conselheiro conforme abaixo:
 - 11/05/2015 a 08/08/2015**
 - o **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**
 - 10/08/2015 a 07/11/2015**
 - o **SAMY WURMAN**
 - A partir de 09/11/2015**
 - o **SILVIA MONTEIRO**

PRIMEIRA CÂMARA:

- Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**
- Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
- Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

SEGUNDA CÂMARA:

- Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
- Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de** Conselheiro conforme abaixo:
 - 11/05/2015 a 08/08/2015**
 - o **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**
 - 10/08/2015 a 07/11/2015**
 - o **SAMY WURMAN**
 - A partir de 09/11/2015**
 - o **SILVIA MONTEIRO**
- Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

O colegiado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), durante realização da 1ª Sessão Especial do Pleno, no dia 09/12/2015, às 10h00, no auditório nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello', elegeu, por unanimidade, o **Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho** para presidir as atividades da Corte de Contas paulista durante o ano de 2016, em sucessão à **Conselheira Cristiana de Castro Moraes**, atual Presidente. Também por decisão unânime, foram eleitos o Vice-Presidente e o Corregedor da Corte de Contas paulista.

No próximo exercício o **Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo** responderá como Vice-Presidente, enquanto a Corregedoria ficará a cargo do **Conselheiro Renato Martins Costa**.



2. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 4º trimestre de 2015, foram distribuídos aos julgadores **1.061** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	1
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	2
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	1
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	1
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	1
CONSULTA	5
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1
CONTAS MUNICIPAIS	3
CONTRATO	170
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	1
ESPORÁDICO	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	47
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO – TERMO DE PARCERIA – CONVÊNIO.	19
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR – AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	8
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTAO	41
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	7
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS – AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	21
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVENIO	100
PRESTACAO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO	58
RECURSO ORDINARIO	525
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO	2
REPRESENTAÇÃO	19
RESCISAO DE JULGADO	14
REVISAO DE JULGADO	11
TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DISTRIBUÍDOS	1.061

3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 4º trimestre de 2015, foram distribuídos **3.176** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – OUTUBRO A DEZEMBRO - 2015									
MATÉRIA	RELATOR						Gabinete Presidência	Corpo de Auditores	TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. DER	Cons. SEB			
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	76	74	70	82	77	80	0	0	459
PESSOAL	25	15	26	32	33	28	0	984	1143
REPRESENTAÇÃO	3	3	6	1	6	7	0	0	26
CONTRATO	71	100	82	81	68	97	3	180	682
RECURSOS	5	8	10	8	12	19	12	1	75
RECURSOS PÚBLICOS	23	28	24	23	18	20	0	268	404
INOMINADO	18	29	23	34	33	29	40	11	217
AÇÕES	0	0	0	0	0	0	6	0	6
BALANÇO GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
APARTADOS	0	0	0	1	0	0	0	122	123
CONTROLE DE PRAZO	3	3	2	3	4	2	0	14	31
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	10	10
TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS									3.176
TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS									4.237

4. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do presente exercício, foram realizadas **07 Sessões Ordinárias** e **01 Sessão Especial**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **589 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **379 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **5 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



5. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **08 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **842 processos pela Primeira Câmara e 785 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

6. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 4º Trimestre de 2015 tramitaram pelo Corpo de Auditores **4.421 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.376 autos** receberam julgamento, enquanto **781** foram objeto de despacho de diferimento.

7. DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2015 foram proferidas **1.635 sentenças singulares**. Destas, **259** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.376** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

8. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **16.941 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

9. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º Trimestre de 2015, a P.F.E se manifestou em **2.060 feitos**.



10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

10.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.362** processos.

Além disto, objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Senhor Secretário-Diretor exarou **12 comunicados** destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e estão disponíveis na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Número	Matéria
52/2015	Comunicado Nº 52/2015 - Implantação do Sistema de Contas Estaduais - SisCOE
51/2015	Comunicado Nº 51/2015 - Calendário AUDESP 2016
50/2015	Comunicado Nº 50/2015 - Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos
49/2015	Comunicado Nº 49/2015 - Lançamento do SisCOE
48/2015	Comunicado Nº 48/2015 - Piloto - Fase III do Sistema Audesp
47/2015	Comunicado Nº 47/2015 - Prestação de contas do exercício de 2014
46/2015	Comunicado Nº 46/2015 - Relação de Apenados
45/2015	Comunicado Nº 45/2015 - Fase III do Sistema Audesp
44/2015	Comunicado Nº 44/2015 - Audesp
43/2015	Comunicado Nº 43/2015 - Sistema de Delegações de Responsabilidades -
42/2015	Comunicado Nº 42/2015 - Piloto SISCOE
41/2015	Comunicado Nº 41/2015 - Processos julgados no 3º trimestre

10.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.595 processos**, dos quais **190** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.360 certidões**. Desse quantitativo, **23** foram requisitadas via protocolo do TCE-SP (Sede e Regionais) e **1.337** via INTERNET.

10.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **12.472 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

10.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **6.699 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

10.1.4. Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF

Subordinado, também, à SDG, ao CAEF cabe a administração e provimento de condições técnicas e operacionais a fiscalização e a conseqüente relação com os jurisdicionados.

No trimestre, o Centro de Apoio Estratégico deu continuidade às ações relacionadas a programas e bancos de dados necessários para cumprimento dos objetivos, com ênfase aos seguintes: Tabela de Órgãos Fiscalizados, Planejamento e Controle da Fiscalização – PFIS, e cadastramento e acompanhamento dos dados abertos do TCE-SP no *site* do Governo Aberto-SP. A seção também atuou no desenvolvimento do novo Portal de Transparência do TCE-SP, em fase de elaboração.

Destaca-se, também, a atuação da área na elaboração da nova versão do Portal da Transparência Municipal.

10.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No quarto trimestre de 2015 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **843 atendimentos** por meio de e-mails e **1.068** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, recentemente lançado por este Tribunal.

10.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **2.228** processos.

10.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

10.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, que *“Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2015”*, foi elaborado em observância à Lei nº 15.549, de 30 de julho de 2014 que *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2015”*.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 644.709.305,00**, sendo **R\$ 640.637.474,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e **R\$ 4.071.831,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.549/14), o Decreto n.º 61.061, de 16 de janeiro de 2015, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2015) e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 21 de janeiro de 2015.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2015 (Decreto n.º 61.061/2015) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Foram autorizadas, durante o presente exercício, antecipações de quotas no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos, através de reduções na quota de dezembro, que totalizam **R\$ 76.346.000,00** e a consequente suplementação nas quotas de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro com valores de **R\$ 4.891.000,00**, **R\$ 1.851.000,00**, **R\$ 1.270.000,00**, **R\$ 1.150.000,00**, **R\$ 1.611.000,00**, **R\$ 2.700.000,00**, **R\$ 2.200.000,00**, **R\$ 1.900.000,00**, **R\$ 4.500.000,00**, **R\$ 18.350.000,00** e **R\$ 35.923.000,00** respectivamente.

No tocante às autorizações de créditos automáticos, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da **Fonte-3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE**, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, no valor total de **R\$ 8.343.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO – da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

- 1 – SAO nº 02001/2015-4-0005**, concluído em abril, no valor de **R\$ 2.000.000,00**;
- 2 – SAO nº 02001/2015-4-0010**, concluído em junho, no valor de **R\$ 1.800.000,00**, ambos para atender despesas com projeto JAVA, sob responsabilidade da PRODESP, totalizando **R\$ 3.800.000,00** até o final do exercício;
- 3 – SAO nº 02001/2015-4-0011**, concluído em julho, no valor de **R\$ 63.000,00**, para atender despesas com o reajuste de preços do contrato com a Atlas Schindler S/A que executa a obra de modernização e substituição de elevadores do prédio Anexo I;
- 4 – SAO nº 02001/2015-4-0015**, concluído em agosto, no valor de **R\$ 330.000,00** visando a contratação de empresa para desenvolvimento de software (fábrica de software);
- 5 – SAO nº 02001/2015-4-0019**, concluído em setembro, no valor de **R\$ 2.350.000,00** para aquisição de notebooks para Regionais;
- 6 – SAO nº 02001/2015-4-0022**, concluído em outubro, no valor de **R\$ 300.000,00** para aquisição de material de consumo.
- 7 – SAO nº 02001/2015-4-0024**, concluído em outubro, no valor de **R\$ 1.500.000,00**, visando a elaboração de projetos e estudos para construção das regionais de Andradina e Ituverava, assim como contratação de solução integrada de hardware.



Com a edição do Decreto nº 61.446, de 20 de agosto de 2015, foi autorizado Crédito Suplementar ao Orçamento do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 950.000,00** à conta de Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, visando a aquisição de Imóvel para abrigar a Unidade Regional de Registro – UR-12, conforme Expediente SAO nº. 02001/2015-1-0009.

Ainda em agosto, mediante a publicação do Decreto nº 61.448, de 25 de agosto de 2015, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 109.266,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro, visando a cobertura de despesas necessárias ao atendimento – até o final do exercício – dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado.

Através do Decreto nº 61.713 de 16 de dezembro de 2015, foi autorizado um crédito suplementar com recursos do Tesouro do Estado, no valor de **R\$ 91.300.000,00** (noventa e um milhões e trezentos mil reais), com o objetivo de atender à reposição do orçamento de pessoal em vista do corte efetuado na nossa proposta, bem como atender as despesas referentes ao reajuste de 7,7% dos vencimentos na data base, conforme LCE nº 1.271 de 03/09/2015 e aos encargos previstos em leis federais sobre os subsídios do Procurador Geral da República e do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que incidem sobre os cargos de Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público de Contas.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2015, bem como, a execução orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de dezembro do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Fevereiro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Março	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Abril	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Maiο	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Junho	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Julho	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Agosto	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Setembro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Outubro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Novembro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Dezembro	48.029.643	5.488.264	103.798	10	5.592.072	53.621.715
TOTAL	573.830.061	65.567.404	1.239.999	10	66.807.413	640.637.474

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Fevereiro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Março	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Abril	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Maiο	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Junho	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Julho	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Agosto	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Setembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Outubro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Novembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Dezembro	83.700	257.120	9	340.829	53.962.544
TOTAL	1.000.000	3.071.811	20	4.071.831	644.709.305

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.691.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	58.256.069
Fevereiro	49.651.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	55.216.069
Março	49.070.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	54.635.069
Abril	48.950.038	5.461.740	2.103.291	-	7.565.031	56.515.069
Mai	49.411.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	54.976.069
Junho	50.500.038	5.461.740	1.903.291	-	7.365.031	57.865.069
Julho	50.000.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	55.565.069
Agosto	49.700.038	5.352.474	433.291	-	5.785.765	55.485.803
Setembro	52.300.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	57.865.069
Outubro	66.150.038	5.461.740	803.291	-	6.265.031	72.415.069
Novembro	83.723.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	89.288.069
Dezembro	62.983.643	5.488.264	103.798	10	5.592.072	68.575.715
TOTAL	665.130.061	65.458.138	6.069.999	10	71.528.147	736.658.208

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	83.300	255.881	1	339.182	58.595.251
Fevereiro	83.300	255.881	1	339.182	55.555.251
Março	83.300	255.881	1	339.182	54.974.251
Abril	83.300	255.881	1	339.182	56.854.251
Mai	83.300	255.881	1	339.182	55.315.251
Junho	83.300	255.881	1	339.182	58.204.251
Julho	83.300	318.881	1	402.182	55.967.251
Agosto	83.300	1.205.881	1	1.289.182	56.774.985
Setembro	83.300	2.605.881	1	2.689.182	60.554.251
Outubro	83.300	1.355.881	1	1.439.182	73.854.251
Novembro	83.300	255.881	1	339.182	89.627.251
Dezembro	83.700	257.120	9	340.829	68.916.544
TOTAL	1.000.000	7.534.811	20	8.534.831	745.193.039

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.617.646,57	25.454.728,10	102.636,77	-	25.557.364,87	78.175.011,44
Fevereiro	47.599.621,03	5.386.283,29	215.441,31	-	5.601.724,60	53.201.345,63
Março	51.166.572,11	14.270.373,67	675.270,71	-	14.945.644,38	66.112.216,49
Abril	48.970.021,15	3.599.936,62	93.907,73	-	3.693.844,35	52.663.865,50
Maiο	47.808.329,14	2.051.032,89	1.310.918,39	-	3.361.951,28	51.170.280,42
Junho	52.090.875,22	2.349.394,06	1.763.397,29	-	4.112.791,35	56.203.666,57
Julho	49.921.167,88	3.591.864,56	299.202,00	-	3.891.066,56	53.812.234,44
Agosto	49.777.036,55	1.393.044,43	(362.852,19)	-	1.030.192,24	50.807.228,79
Setembro	52.299.790,48	2.567.319,69	88.454,46	-	2.655.774,14	54.955.564,63
Outubro	66.160.350,02	872.248,50	597.226,63	-	1.469.475,13	67.629.825,15
Novembro	56.926.713,09	1.841.213,31	179.171,88	-	2.020.385,19	58.947.098,28
Dezembro	89.788.654,25	1.979.407,97	100.176,80	-	2.079.587,77	91.868.239,02
TOTAL	665.126.777,49	65.356.847,09	5.062.951,78		70.419.798,87	735.546.576,36

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	78.175.011,44
Fevereiro	1.656,24	17.955,93	-	19.612,17	53.220.957,80
Março	70.281,63	62.495,00	-	132.776,63	66.244.993,12
Abril	-	81.873,00	-	81.873,00	52.745.738,50
Maiο	21.967,43	92.595,62	-	114.563,05	51.284.843,47
Junho	38.975,62	53.039,26	-	92.014,88	56.295.681,45
Julho	-	254.114,54	-	254.114,54	54.066.348,98
Agosto	154.753,00	1.012.360,96	-	1.167.113,96	51.974.342,75
Setembro	-	14.907,50	-	14.907,50	54.970.472,13
Outubro	216.390,83	853.110,92	-	1.069.501,75	68.699.326,90
Novembro	487.084,26	204.902,56	-	691.986,82	59.639.085,10
Dezembro	8.890,99	1.172.222,46	-	1.181.113,45	93.049.352,47
TOTAL	1.000.000,00	3.819.577,75	-	4.819.577,75	740.366.154,11

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.617.646,57	1.492.929,56	45.978,77	-	1.538.908,33	54.156.554,90
Fevereiro	47.599.621,03	5.042.053,05	43.855,81	-	5.085.908,86	52.685.529,89
Março	51.166.572,11	5.068.381,55	49.345,95	-	5.117.727,50	56.284.299,61
Abril	48.970.021,15	4.647.617,32	582.465,80	-	5.230.083,12	54.200.104,27
Mai	47.808.329,14	5.447.488,57	413.778,02	-	5.861.266,59	53.669.595,73
Junho	52.090.875,22	4.915.256,37	73.431,80	-	4.988.688,17	57.079.563,39
Julho	49.921.167,88	5.458.877,11	670.618,50	-	6.129.495,61	56.050.663,49
Agosto	49.777.036,55	5.864.966,40	327.784,27	-	6.192.750,67	55.969.787,22
Setembro	52.299.790,48	5.620.804,51	62.586,76	-	5.683.391,27	57.983.181,75
Outubro	66.160.350,02	5.327.255,26	878.974,48	-	6.206.229,74	72.366.579,76
Novembro	56.926.713,09	6.405.803,61	426.328,86	-	6.832.132,47	63.758.845,56
Dezembro	89.788.654,25	9.022.937,84	1.487.802,76	-	10.510.740,60	100.299.394,85
TOTAL	665.126.777,49	64.314.371,15	5.062.951,78		69.377.322,93	734.504.100,42

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	54.156.554,90
Fevereiro	-	-	-	-	52.685.529,89
Março	-	4.844,29	-	4.844,29	56.289.143,90
Abril	63.165,73	37.204,96	-	100.370,69	54.300.474,96
Maiο	-	62.017,00	-	62.017,00	53.731.612,73
Junho	36.959,97	38.514,32	-	75.474,29	57.155.037,68
Julho	11.446,00	21.936,71	-	33.382,71	56.084.046,20
Agosto	-	961.135,23	-	961.135,23	56.930.922,45
Setembro	21.818,88	192.243,92	-	214.062,80	58.197.244,55
Outubro	27.870,50	97.670,29	-	125.540,79	72.492.120,55
Novembro	115.028,37	37.888,92	-	152.917,29	63.911.762,85
Dezembro	68.851,43	15.498,50	-	84.349,93	100.383.744,78
TOTAL	345.140,88	1.468.954,14	-	1.814.095,02	736.318.195,44

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais de Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres de 2015, foram publicados nos Diários Oficiais do Estado dos dias 30 de abril, 09 de junho de 2015, 07 de agosto, 09 de outubro e 10 de dezembro de 2015. A publicação do balancete do 6º bimestre depende de dados definitivos da Secretaria da Fazenda.

10.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e, expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no quarto trimestre, manifestou-se em **1.200** procedimentos/processos – tanto físicos como eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **29 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda Estadual, além se manifestar, no âmbito judicial, em **133 feitos** relacionados a processos desta Corte. Também efetuou o acompanhamento de **574 ações judiciais** de interesse do Tribunal.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **36 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos.

A Corte sediou, no dia 29/10, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) e o Conselho Arbitral do Estado de São Paulo (CAESP), o **1º Encontro de Arbitragem no Direito Público**.

O encontro - direcionado a servidores públicos, jurisdicionados e operadores do Direito - contou com a presença do Presidente da OAB/SP, Marcos da Costa, com palestras proferidas pelos advogados Cassio Ferreira Neto, Francisco Cahali e Gustavo Justino de Oliveira, que abordaram a arbitragem no Direito Público, as alterações no Código de Processo Civil e um panorama normativo da Arbitragem em Contratos Administrativos.

Merece destaque, também, a realização no dia 12/11, no TCESP, de mais uma etapa das **Jornadas Científicas do IRB**. Promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em parceria com as Cortes de Contas do país, o evento reuniu servidores dos Tribunais de Contas, gestores, secretários, pesquisadores e ONGs e teve como principal tema o IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

O principal objetivo desta etapa das Jornadas Científicas foi capacitar os participantes e promover um aperfeiçoamento contínuo dos trabalhos de fiscalização das políticas públicas. A Jornada contou com diversas palestras e exposições com uso de recursos multimídia, além de debates acerca da metodologia, quesitos, resultados e experiências sobre o processo de implantação do IEGM em São Paulo e em outros Estados da Federação.

As atividades das Jornadas Científicas são gravadas e publicadas na videoteca disponível no portal do IRB na internet, bem como no Canal do Youtube do TCESP, possibilitando assim que um maior número interessados tenha acesso ao evento.

Além desses dois encontros, a EPCP também promoveu diversos outros cursos e palestras, que versaram desde a capacitação de servidores e jurisdicionados como também a apresentação, à sociedade, de informações relevantes inerentes aos trabalhos de auditoria realizados pelo Tribunal. São exemplos:

- Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Modalidade EAD);
- Os principais apontamentos no relatório das Prefeituras;
- SisCOE – Atendimento às Instruções do TCESP;
- SisCOE – Sistema de Contas Estaduais; SPPREVCOM;
- AUDESP Fase III – Atos de Pessoal;
- Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Metodologia e Resultados;
- Procedimentos de Auditoria de Obras Públicas;
- Fiscalização de Obras Públicas;
- Inteligência Aplicada ao Controle Externo;
- Outubro Rosa – Prevenção do Câncer de Mama;
- Boas Vindas aos Ingressantes em 2015;
- 6º Seminário de Gestão Estratégica.

O Tribunal também organizou **05 Ciclos de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. Com a presença da Senhora Presidente e (ou) do Secretário-Diretor Geral, a Corte reuniu-se com o público de diversas regiões do interior, provendo orientações acerca de Controle Interno, Ensino com ênfase na aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Iluminação Pública e Previdência.

- **Biblioteca – 1.181 empréstimos** de livros realizados, sendo 939 através do Sistema Online Sophia e 98 presenciais.

10.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **908 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **60 pedidos** de informações.

10.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e, Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, realizou reuniões e treinamentos diversos, com apoio ao Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **1.805 solicitações** na área de Atendimento ao Usuário de TI, tendo atuado também, dentre outros projetos, na implantação do Infosite Pareceres, no Desenvolvimento do Aplicativo para Dispositivos Móveis do IEGM, no novo Portal de Transparência Municipal e Sistema SisPUSH.

10.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **165 matérias relacionadas a julgamentos;**
- **73 matérias relacionadas à área institucional;**
- **14 newsletters** (periodicidade semanal).

10.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição número 135 da Revista do TCESP foi lançada em dezembro.

Com 176 páginas, a edição destaca os fatos ocorridos no período de março a outubro, como a realização dos encontros da 19ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, a implantação da Ouvidoria e do novo Sistema de Seletividade de Contratações, as atividades da 13ª Semana Jurídica e o lançamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal. A edição ainda mostra a participação do TCE em diversos encontros, congressos, simpósios, solenidades, traz a publicação de diversos artigos, íntegras de votos e sínteses de Exames Prévios de Edital que foram destaque durante as sessões de julgamento.



10.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

10.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sra. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 4º Trimestre de 2015, o Cerimonial se fez presente em **06 Audiências no Gabinete da Presidência; 03 Audiências Externas; 06 Eventos Internos; e 11 Eventos Externos.**

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 4º Trimestre de 2015, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O presente relatório, juntamente com os anteriormente encaminhados – inclusos na mídia que acompanha este documento - consubstancia os trabalhos desenvolvidos por esta Corte ao longo do Exercício de 2015.


Cristiana de Castro Moraes
Presidente